

ATA DA 018ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2020
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 17h, achavam-se presentes os seguintes srs.
Deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Doutor Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Paulinha - Paulo Eccel - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária virtual. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição eletrônica do expediente aos senhores deputados.

A Presidência cumprimenta os srs. deputados e agradece ao deputado Milton Hobus pela condução dos trabalhos na Sessão Especial de convocação dos Secretários de Estado, esperando que tenha sido proveitosa. Parabeniza pela condução e pela participação de todos. Conforme decidido pelo colégio de Líderes no dia anterior, dá início a presente sessão.

Ordem do Dia

Dá início à pauta da Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer

contrário às seguintes matérias, e que as mesmas terão o seu encaminhamento na forma do Regimento Interno, ou seja, três sessões, conforme o art. 145, § 1º, para recursos dos autores:

Projetos de Lei n.s 0055/2020, de autoria da Deputada Anna Carolina; 0058/2020, de autoria do Deputado Bruno Souza; 0072/2020, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 0074/2020, de autoria do Deputado Sergio Motta; 0078/2020, de autoria do Deputado Nazareno Martins; 0082/2020, de autoria do Deputado Volnei Weber; 0088/2020 e 0091/2020 de autoria do Deputado Carlito Merss.

Discussão e votação da Admissibilidade da Medida Provisória n. 0227/2020, que estabelece medidas, no âmbito da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo, para enfrentamento do estado de calamidade pública declarado pelo Decreto Legislativo n. 18.332, de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, em conformidade com o disposto na Lei Federal n. 13.979, de 2020.

Em discussão a Admissibilidade da Medida Provisória n. 0227/2020.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0038/2020, de origem governamental, que altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o Quadriênio 2020/2023, aprovado pela Lei n. 17.874, de 2019.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão o e votação do Projeto de Lei n. 0119/2020, de autoria do Deputado Fernando Krelling, que reconhece a prática da atividade física e do exercício físico como essenciais para a população de Santa Catarina em estabelecimentos prestadores de serviços destinados a essa finalidade, bem como em espaços públicos, em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas ou catástrofes naturais.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Finanças.

A matéria vai a votação na forma da emenda substitutiva global de folhas 8.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Fernando Krelling, Ismael dos Santos, Sargento Lima, Paulo Eccel e Luciane Carminatti.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à chamada nominal dos srs. deputados devido a problemas no sistema de votação.)

DEPUTADA ADA DE LUCA - SIM
DEPUTADO ALTAIR SILVA - SIM
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO - SIM
DEPUTADO BRUNO SOUZA - SIM
DEPUTADO CORONEL MOCELLIN -
DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO - SIM
DEPUTADO FABIANO DA LUZ - SIM
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO -
DEPUTADO FERNANDO KRELLING - SIM
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - SIM
DEPUTADO IVAN NAATZ - SIM
DEPUTADO JAIR MIOTTO - SIM
DEPUTADO JERRY COMPER - SIM
DEPUTADO JESSÉ LOPES - SIM
DEPUTADO JOÃO AMIN -
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - SIM
DEPUTADO KENNEDY NUNES - SIM
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER -
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - SIM
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - SIM
DEPUTADO MARCIUS MACHADO - SIM

DEPUTADO MARCOS VIEIRA -
DEPUTADA MARLENE FENGLER - SIM
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - SIM
DEPUTADO MAURO DE NADAL - SIM
DEPUTADO MILTON HOBUS - SIM
DEPUTADO MOACIR SOPELSA - SIM
DEPUTADO NAZARENO MARTINS - SIM
DEPUTADO NEODI SARETTA - SIM
DEPUTADO NILSO BERLANDA - SIM
DEPUTADA PAULINHA - SIM
DEPUTADO PAULO ECCEL - NÃO
DEPUTADO RICARDO ALBA - SIM
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - SIM
DEPUTADO ROMILDO TITON - SIM
DEPUTADO SARGENTO LIMA - SIM
DEPUTADO SERGIO MOTTA - SIM
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - SIM
DEPUTADO VOLNEI WEBER - SIM

Está encerrada a votação.

Votaram 34 srs. deputados.

Temos 33 votos "sim" e um voto "não".

Está aprovada a matéria em turno único.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0100/2020, de autoria do Deputado Jair Miotto, que reconhece a atividade religiosa como essencial para a população de Santa Catarina em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas ou catástrofes naturais.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Finanças.

A matéria vai à discussão e votação na forma da Emenda Substitutiva Global de folhas 13.

Em discussão.

Discutiram e encaminharam a votação da presente matéria os srs. deputados Jair Miotto, Sargento Lima, Paulinha, Paulo Eccel, Ricardo Alba, Ismael dos Santos, Kennedy Nunes, Mauro de Nadal, Sergio Motta, Marcius Machado, Jessé Lopes, Bruno Souza, Doutor Vicente Caropreso, José Milton Scheffer e Luciane Carminatti.

Deputado Jair Miotto - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Concede a palavra ao sr. Deputado Jair Miotto.

DEPUTADO JAIR MIOTTO - Reforça três aspectos. Em primeiro lugar, já existe um decreto federal, mas as igrejas não usaram deste artifício para desobedecer qualquer orientação das autoridades sanitárias. Em segundo lugar, diz que será construído com as autoridades, pois hoje não existe sequer um protocolo. Em terceiro lugar, afirma que serão observadas todas as orientações de higienização, máscaras, álcool gel, distanciamento, e acredita que as condutas não serão irresponsáveis e se poderá confiar neste setor tão importante. Considera, ainda, que é muito importante que as igrejas possam colaborar com o terceiro setor, de ação social.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - A matéria está em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada com o voto contrário do deputado Paulo Eccel e a abstenção do Deputado Marcius Machado.

Deputado Ivan Naatz - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Concede a palavra ao sr. Deputado Ivan Naatz.

DEPUTADO IVAN NAATZ - Comenta que acabou de sair uma decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina que suspendeu a licitação do Hospital de Campanha de Itajaí.

Diz que quem acompanhou o debate com os secretários Helton e João Batista pode perceber algumas observações a respeito de parecer do Tribunal de Contas que apontava diversas ilegalidades no contrato. Entretanto, o secretário João Batista disse que estava tudo resolvido, que tinha autorização do Tribunal de Contas para terminar a licitação.

Afirma que a informação que teve ontem, a respeito da aproximação do secretário Douglas Borba com a empresa que venceu a licitação, deixa tudo muito confuso e prejudica o estado. Também cita a fala da Vice-Governadora, criticando o Governador. Fala que o papel dos deputados é fiscalizar, e há dois fatos novos, hoje, primeiro

o parecer do Tribunal de Contas, que indica diversas irregularidades na licitação, e agora a decisão do Tribunal de Justiça que manda cancelar, manda incluir a segunda empresa na licitação. Entende que estes fatos merecem esclarecimento firme, e se isso não pode ser feito pelo Governador, porque ele não conversa com os deputados, será necessário ter estes esclarecimentos de outras pessoas.

Acredita que a convocação dos secretários não tem surtido o efeito desejado, e diante dos fatos consulta a Presidência se não seria o momento de convocar o secretário Douglas Borba, da Casa Civil, para vir à Assembleia prestar esclarecimentos sobre a situação em nome do Governador.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Informa que há previsão regimental de convocação, basta que seja apresentado um requerimento.

Deputado Luiz Fernando Vampiro - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Concede a palavra ao sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Faz referência à indagação da Deputada Luciane Carminatti, que não sabia se algum projeto de lei aprovado por esta Casa tinha sido sancionado pelo Governo do Estado. Informa que já foi sancionada lei que suspende o envio de débitos dos catarinenses para dívida ativa, um projeto do deputado Ulisses Gabriel, e na presente data foi publicado o Projeto de Lei n. 0057, da Bancada do MDB, acerca da isenção de alíquotas do ICMS nos produtos correlacionados com a Covid-19.

Deputada Paulinha - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Agradece a informação do Deputado Luiz Fernando Vampiro e concede a palavra à Deputada Paulinha.

DEPUTADA PAULINHA - Comenta que o Parlamento tem cumprido muito bem a sua função fiscalizatória, e considera que os dois dias de oitiva foram esclarecedores, quando muitas dúvidas

puderam ser tiradas e todos os Parlamentares puderam se manifestar.

Entretanto, considera importante dizer que discorda do Deputado Ivan Naatz, e afirma: "Eu me obrigo a fazer isso, não na condição de Líder, mas, além disso, como Parlamentar. O Deputado Ivan Naatz envergonha essa Casa, porque ele quer fazer um circo dessa situação, que é a Covid-19, e é tão séria. E eu estou há um tempão querendo me segurar, sr. Presidente, para evitar qualquer tipo de desenlace entre nós, disputas, discórdias. Acho que cada um faz do seu mandato aquilo que acha que deve, mas a gente tem que ter um pouco de respeito pelo povo catarinense também, e com esta instituição que eu represento. Convocaram secretários ótimos, discutiu-se..."

"Tudo bem, mas a gente tem que ter um limite para isso, e o limite é o respeito que esta Casa tem que ter com a população, Deputado Ivan Naatz. Seja oposição, mas faça isso com respeito e responsabilidade, porque esta Casa não é feita de criança pequena, vossa excelência acha que pode gritar mais do que os outros, e levantar a sua voz, e não é assim que a vida funciona. O Estado de Santa Catarina vive um momento de crise que exige a atenção de todos nós. E eu não vejo a falta de respeito que enxergo no senhor em qualquer outro colega que se manifesta contrário às atitudes do Governo. Vossa Excelência não consegue ter, numa discussão de projeto de lei que fala de fé, a decência, a dignidade de esperar essa discussão ser concluída. No meio dela, tem que promover um novo ataque. Esta é a minha questão de ordem, senhor Presidente, muito obrigada por me conceder a palavra."

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - A Presidência apenas informa que o Deputado Ivan Naatz pediu a palavra depois de votado o Projeto de n. 100.

Deputado Kennedy Nunes - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Concede a palavra ao sr. Deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Afirma que não vai aceitar a fala da Líder de Governo em relação a qualquer colega. Pede desculpas à deputada, mas diz que ela está errada. Além disso, constata que os deputados não estavam no meio de uma discussão, como o sr. Presidente falou, e ressalta que o mesmo sentimento que o Deputado Ivan Naatz aqui coloca, tem absoluta certeza, fora os que defendem o Governo, os demais também estão tendo, que é de uma total desconexão do que falam e da realidade. Portanto, pede que a deputada retire as questões colocadas em relação a um colega. Diz ainda, com todo respeito à posição da Deputada, que não se pode aceitar o que aconteceu, desta forma solicita mais uma vez que a mesma reavalie a sua posição, agora, do erro que cometeu.

Deputada Ana Campagnolo - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Com a palavra, a sra. Deputada Ana Campagnolo.

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO - Endossa as palavras do Deputado Ivan Naatz, e pensa que, se isso é envergonhar o Parlamento, o Parlamento todo o está envergonhando, com raríssimas exceções, como a Líder do Governo que cumpre o seu papel, que é muito difícil, por isso não gostaria de estar nesta posição, e alguns outros que são da base governista. Mas, no geral, não é lícito sequer dizer que o Deputado está se aproveitando da pauta da religião e da fé, porque mesmo que se estivesse ainda deliberando sobre o assunto, a comunidade de pastores, o Conselho de Pastores Evangélicos de Santa Catarina, cerca de 800 pastores, estavam sim indignados com o governador Moisés. Então, considera que o momento propício para se debater religião é, também, o momento propício para se falar mal do Governador Moisés, e seja do ponto de vista Governo ou do ponto de vista pessoa Carlos Moisés, inclusive porque é claro em toda sociedade, em toda comunidade evangélica de Santa Catarina, que o governador, na época da campanha, invadiu e cooptou os votos evangélicos através de uma pauta que agora renega. Desta forma, os conservadores evangélicos, os pastores, estão,

sim, revoltados com essas medidas em relação à igreja. Então seria muito oportuno, ainda que se estivesse no meio da discussão do Projeto de Lei sobre religião. Parabeniza o deputado Ivan por ter feito isso, pois é a função do Legislativo *parlar*, falar e também cobrar do Executivo.

Deputada Ada De Luca - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Concede a palavra à Deputada Ada De Luca.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Afirma a todos os 40 Colegas que o Brasil é laico, e a mesma necessidade que pastores, igrejas evangélicas têm, ou qualquer outra, a Igreja Católica também faz um belo trabalho. Gostaria de deixar o registro.

Deputado Sargento Lima - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Concede a palavra ao sr. Deputado Sargento Lima.

DEPUTADO SARGENTO LIMA - Diz que a grande certeza é que a cura da Covid-19, os 55% de cura, a cura das demais doenças, todas têm a mão de Deus, não somente a mão do homem. Outrossim, constata que o estado já está dizendo quando ir para a igreja rezar, quando ir para a academia, entretanto, invadir o Parlamento e dizer o que o deputado vai falar e quando vai falar, sendo que quanto ao Regimento ele está liberado para fazer uso da palavra, é invadir. E como foi dito, acredita que este circo quem está fazendo é o Governo, mas nesta Casa não se encontrará palhaços para isso. Parabeniza o deputado Ivan Naatz por trazer este tema, que no seu entendimento deveria ficar livre para ser discutido em qualquer momento.

Deputado Jessé Lopes - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Concede a palavra ao sr. Deputado Jessé Lopes.

DEPUTADO JESSÉ LOPES - Diz que é um grande defensor da liberdade de expressão, e como muitos sabem, está com um processo de cassação simplesmente por ter expressado opinião sobre um assunto. Assim, deixa a sua manifestação de

repúdio à Líder do Governo, e de apoio ao Deputado Ivan Naatz, pois mesmo que não concordasse, o que não é o caso, todos têm a liberdade de se expressar da forma como bem entender. Afirma que em nenhum momento o deputado atacou a Líder do Governo, mas a Líder se referiu a ele como criança, entretanto avalia que o Parlamentar faz um bom trabalho tendo em vista o que se propôs fazer. Assim, acredita que a Líder se equivocou na sua manifestação.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Registra que não vai conceder a palavra pela segunda vez aos senhores deputados que a solicitaram, mas na sessão seguinte terão a oportunidade de fazê-lo.

A Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para a presente data, às 18h21.

Está encerrada a sessão.

[Transcrição e revisão: Taquígrafa Sara]